

Schmidt, Luísa e Ferreira, José Gomes (2013). A governança da água no contexto de aplicação da Directiva Quadro da Água”. VIII Congresso Ibérico de Gestão e Planeamento da Água. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 5-7 de Dezembro de 2013.

A GOVERNANÇA DA ÁGUA NO CONTEXTO DE APLICAÇÃO DA DIRECTIVA QUADRO DA ÁGUA

Schmidt, Luísa^{1*} e Ferreira, José Gomes^{1**}

* ** Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Nas vésperas da sua avaliação, traçamos uma panorâmica sobre a aplicação da Directiva Quadro da Água (DQA) à escala europeia, evidenciando as principais alterações que dela derivaram. Começamos por dar ênfase aos momentos-chave e áreas de incidência da política europeia da água, para depois nos centrarmos na DQA. Trata-se de uma directiva de ampla abrangência que forneceu as bases para estabelecer um quadro de acção comunitária para a protecção das águas superficiais, de transição, costeiras e subterrâneas, alargada à conservação da natureza, e capaz de promover uma nova cultura da água fazendo uso de critérios e procedimentos de avaliação comuns e gestão partilhada de bacias. Pretendemos aprofundar a temática da governança e participação cívica no contexto europeu. Relativamente a Portugal, daremos ênfase à transposição da DQA e sua implementação, assinalando avanços e impasses, centrando-nos, por fim, no impacto da actual crise económica e suas implicações sobre o sector da água.

Palavras-chave: Governança da água, DQA, Europa, bacias hidrográficas

1. INTRODUÇÃO

A Directiva Quadro da Água (DQA), que entrou em vigor em 2000, irá ser avaliada em 2015. Nesta comunicação traçamos uma panorâmica sobre a sua aplicação à escala europeia, evidenciando as principais mudanças desde a sua publicação e das directivas que dela derivaram (qualidade das águas subterrâneas, tratamento de águas residuais, e qualidade das águas balneares e de transição). O objectivo é levar os estados-membros a implementarem medidas no sentido de atingirem o bom estado ecológico das suas massas de água. A concretização desta primeira tarefa permitir-nos-á reconstruir o histórico da política europeia de água e os seus momentos-chave, permitindo-nos aprofundar especificamente a temática da governança e participação cívica em contextos de descentralização das políticas, por analogia às tradicionais formas de governar e participar.

Centramos depois a nossa atenção no caso português, dando ênfase à transposição da DQA para o regime jurídico português, através do Decreto-lei n.º 58/2005, assinalando-se as principais etapas da sua implementação, assim como os respectivos avanços e impasses. Examinamos com maior detalhe o impacto da actual crise económica e consequentes mudanças legislativas, que levaram a uma reconfiguração das instituições que gerem, planeiam, monitorizam e informam sobre o estado da água, contrariando a proposta de descentralização da política da água com base nas bacias hidrográficas preconizada na DQA.

¹ Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, email: schmidt@ics.ul.pt e jose.ferreira@ics.ul.pt

As conclusões que aqui apresentamos resultam da recolha, selecção e análise de estudos sobre a temática da água, centrados na DQA e especificamente na temática da governança, a partir dos quais se identificam os avanços e impasses, as forças e fragilidades da aplicação da “Directiva-mãe”, bem como os desafios que se colocam num futuro próximo. Segue-se o mesmo procedimento para o caso português, procurando dar conta das alterações legislativas entretanto ocorridas e do seu impacto na (re)configuração institucional e na participação pública.

2.1. DIRECTIVA-QUADRO DA ÁGUA – UMA POLÍTICA À ESCALA EUROPEIA

Na União Europeia as preocupações com os recursos hídricos ganharam relevo à medida que aumentou o interesse pela temática ambiental, um processo marcado pela Cimeira de Paris (1972), da qual resultou o Primeiro Programa de Acção em Matéria de Ambiente (1973-76) e a publicação de diversas directivas, com destaque para o sector da água: Directiva 75/440 sobre qualidade das águas superficiais, Directiva 76/160 sobre águas balneares e Directiva 80/778 sobre qualidade da água para consumo humano. No final dos anos 80, na Cimeira de Frankfurt (1988), foram lançadas três novas directivas com o objectivo de dar resposta à degradação dos cursos de água dos estados-membros: Directiva 91/271 sobre tratamento de águas residuais; Directiva 91/676 sobre nitratos; a terceira Directiva, que deveria definir uma estratégia de recuperação da qualidade ecológica dos rios, levou cerca de uma década a ser debatida (Barraqué, 2001). Assim, só em 2000 foi aprovada pelo Conselho e pelo Parlamento Europeus aquela que viria a ser conhecida como a Directiva Quadro da Água (2000/60/EC), posteriormente transposta para os regimes jurídicos nacionais.

A DQA é uma das principais medidas da política de ambiente da União Europeia das últimas décadas, por isso também conhecida como uma das ‘Directivas-mãe’ e geralmente apontada como um bom exemplo de concretização de políticas à escala europeia. Propõe uma visão integrada dos recursos hídricos a partir da gestão por bacias hidrográficas, apostando na descentralização das políticas, e na uniformização de critérios e objectivos. Para o efeito, promove uma nova cultura da água cujo êxito requer a estreita cooperação entre instituições públicas, empresas e sociedade civil, baseada no conhecimento e informação, consulta pública e participação cívica activa. Trata-se de um processo integrado e interdisciplinar, em que a comunidade científica assume um papel determinante tanto na definição de mecanismos e monitorização, como na articulação dos saberes e introdução de métodos participativos inovadores. A DQA fornece as bases para estabelecer um quadro de acção comunitária para a protecção das águas superficiais, de transição, costeiras e subterrâneas, alargada à conservação da natureza, com base em critérios e procedimentos de avaliação comuns, mantendo as especificidades nacionais, ao mesmo tempo que avança com a gestão partilhada de bacias. Como objectivo central propõe atingir e conservar o “bom estado ecológico” de todas as massas de água até 2015, ano em que se realiza a sua primeira avaliação. Tal implica a promoção de uma abordagem integrada que passa pela monitorização, protecção e recuperação das águas europeias através de uma estratégia assente na gestão e planeamento

por bacias hidrográficas, segundo o princípio da sustentabilidade (Arrojo, 2011) com uma forte componente cívica em todas as dimensões da sua aplicação (Mostert, 2003).

A participação surge, assim, como o elemento central da política da água e da preservação dos ecossistemas, transversal também a aspectos sociais, económicos, institucionais, ambientais e éticos, e transversal a outras políticas comunitárias, como sejam, a energia, transportes, agricultura, pescas, desenvolvimento regional e turismo. Assumindo que o êxito da Directiva depende “da estreita cooperação e de uma acção coerente a nível comunitário, a nível dos Estados-Membros e a nível local, bem como da informação, consulta e participação do público” (Preâmbulo, Ponto 14), estando ainda subjacentes os princípios da precaução, subsidiariedade e transparência (Stefano, 2010; Rault e Jeffrey, 2008).

A este nível, a concretização da DQA é marcada pelos contextos nacionais, incluindo a respectiva cultura participativa e a flexibilidade da administração pública em dar resposta a novos desafios. Para alguns autores, o avanço da sua implementação, ainda que apresente lacunas e velocidades diferentes consoante os países, é já considerado um exemplo positivo da aplicação de uma política à escala europeia (Hering et al., 2010; Moss, 2008). Igualmente positivo é o desenho institucional da gestão por Bacia e o envolvimento de novos actores com novas dinâmicas nos planos de bacia. Como aspectos negativos apontam-se, em alguns estudos, a impreparação das instituições relativamente aos processos participativos, o que, por sua vez, tem levado à perda de interesse por parte dos participantes (Moss, 2008; Espluga et al., 2011). No entanto, verifica-se uma carência generalizada de estudos sobre a aplicação da DQA no que respeita à governança, nomeadamente, na passagem de um modelo de ‘comando e controlo’ para um modelo mais participativo, tornando-se necessário levar a cabo análises aprofundadas, tanto do ponto de vista comparativo como através de estudos de caso.

2.2. AVANÇOS E BLOQUEIOS DA GOVERNANÇA DA ÁGUA NA EUROPA

Através da análise de estudos de caso sobre a aplicação da DQA verifica-se que estes são, na sua grande maioria, de cariz técnico – particularmente centrados na monitorização e inventário de fontes, de agentes poluidores e de bio-indicadores (Cardoso-Silva, et al, 2013). Acresce que, o facto de serem sobretudo casos de estudo, dificulta a comparação de resultados entre países. Quanto à temática que mais nos interessa – a da governança da água – os estudos são poucos e frágeis, e em geral realizados por especialistas de outras áreas de saber, numa matéria que requer conhecimento e reflexão das ciências sociais.

Apesar disso, é possível identificar alguns avanços e bloqueios na política europeia de água. Assim, na esfera político-administrativa alguns estudos salientam a DQA como exemplo positivo de uma política à escala europeia (Hering et al, 2010), com uma visão que “integra aspectos ambientais, económicos, sociais e éticos” (Stefano, 2010). Outros salientam o desenho institucional por bacias hidrográficas com autonomia de gestão (Hering et al., 2010) e a relevância dos Planos de Bacia Hidrográfica participados e dos Conselhos de Bacia (Espluga, et al., 2011). Quanto à informação/participação destacam-se o surgimento de plataformas de informação disponíveis aos cidadãos e a descodificação da informação, um

processo desencadeado pela própria DQA, na medida em que obriga a resumos e sínteses compreensíveis. Também a consulta pública obrigatória apresenta aspectos positivos, na medida em que implicou processos participativos abertos e abrangentes, envolvendo diversos tipos de públicos. Em termos gerais, pode-se considerar a DQA como estímulo a bons exemplos de participação pública, sobretudo quando existem antecedentes participativos, como por exemplo, a Agenda 21 Local.

Relativamente aos aspectos negativos, entre os bloqueios político-administrativos prevalece em muitos países a inércia institucional e respectiva falta de credibilidade (Schmidt e Valente, 2006). Por outro lado, a falta de liderança das Agências de Bacia, reflecte a falta de vontade política dos governos (Varanda et al, 2013), num processo “poluído” pela promiscuidade entre Estado e interesses económicos, permitindo que grupos mais organizados negoceiem directamente com a administração pública (Espluga, et al., 2011). A pressão dos sectores económicos é de tal modo ampla e influente que leva a secundarizar a política da água. A estas dificuldades acrescenta-se a descoincidência entre o “desejo dos políticos” (geralmente preocupados com um ciclo curto dos calendários eleitorais) e a “realidade científica” (com uma visão do ciclo longo e complexo) (EEB, 2010). A estes problemas acrescentam-se obstáculos técnicos, por vezes com custos desproporcionados, e dificuldades em integrar os processos de “micro escala” com a macro escala das bacias.

Registam-se igualmente importantes bloqueios quanto à informação e consulta pública. Em primeiro lugar, a informação disponível é sobretudo de cariz técnico e muitas vezes críptica. Regista-se uma grande carência de informação pró-activa capaz de ser fornecida e adaptada aos diferentes stakeholders (Espluga et al., 2011). Regista-se igualmente falta de clareza na origem dos dados (“traceabilidade”), o que aumenta a desconfiança no processo, já de si abalado pelo facto da consulta ser demasiado institucionalizada e, muitas vezes, apenas um procedimento burocrático encarado pela administração pública como uma mera formalidade legal a cumprir.

Identificam-se igualmente importantes bloqueios na participação em certas regiões da Europa. O primeiro bloqueio remete para a questão do tempo. Tal como a falta de recursos económicos, a falta de tempo é determinante para que os interessados possam acompanhar os processos. Os calendários são demasiado apertados para a complexidade da tarefa de “participar”, não havendo tempo para confrontar e debater interesses diferentes. Por seu turno, os atrasos cumulativos (de informação e consulta) têm duplo efeito negativo: aligeiram a profundidade e qualidade dos processos participativos e frustram as expectativas dos interessados (Stefano, 2010; Espluga et al., 2011). O segundo bloqueio remete para a questão dos procedimentos. A DQA não concretiza os modos como a participação pública deve ser operacionalizada na prática (Moratiadou e Moran, 2007; Rault e Jeffrey, 2008). Adicionalmente, existe uma incapacidade de lidar com conflitos de interesse e não se criou ainda a ‘pegada da água’ da participação pública (Stefano, 2010; Rault e Jeffrey, 2008). Por último, quanto aos resultados, regista-se uma enorme dificuldade de integrar as propostas da consulta pública na decisão final – os planos são como “caixas negras” – e a participação em contínuo é frágil em vários países, especialmente na Europa do Sul e Leste (Rault e Jeffrey, 2008; Stefano, 2010; Antunes et al., 2009).

3. CRISE E IMPLEMENTAÇÃO DA DQA EM PORTUGAL

Embora com algum atraso face à generalidade dos avanços registados noutros países Europeus, o caso português apresenta semelhanças quanto aos grandes momentos da política da água, principalmente quanto aos usos. Pelo contrário, a concretização das políticas tem sido marcada por uma constante descontinuidade resultante da ausência de uma visão estratégica de consenso quanto ao sector, bem como das mudanças em função dos calendários eleitorais e da falta de integração horizontal do tema entre ministérios (Schmidt, 2008; Ferreira; 2012; Pato, 2013).

Durante as décadas de 40 a 60 a utilização de recursos hídricos em Portugal foi orientada para as actividades produtivas, tais como o aproveitamento para energia e rega, essencialmente promovidas pela administração central (e.g., Plano de Electrificação Nacional e Plano de Rega do Alentejo, os quais implicaram a construção de várias barragens, incluindo o Alqueva²). Os rios nacionais eram igualmente utilizados como vias de comunicação, como fontes de produção alimentar local (pesca) e de actividades lúdicas (lazer e recreio) (Schmidt, 2003). Sobretudo com o II Plano de Fomento (1959-1964) o país ensaiou a sua industrialização, marcada pela ausência de preocupações ambientais, o que se veio a repercutir na qualidade da água dos rios portugueses, agravada pela ineficácia sucessiva das políticas de saneamento (Schmidt, 2007; Ferreira, 2012).

A instauração da democracia, resultante da Revolução de Abril de 1974, correspondeu ao reconhecimento do problema e uma primeira tentativa da sua resolução. Entre os anos 1974 e 1986 (ano de adesão à União Europeia) as políticas centraram-se no primado do social, no sentido de melhorarem as condições de vida das populações, combaterem as desigualdades sociais e prevenirem riscos para a saúde pública. O ambiente foi reconhecido constitucionalmente em 1976 como um direito social num momento em que somente 50% população possuía água canalizada e 17% era servida por sistema de esgotos, que praticamente não tinham tratamento (Cunha et al, 1981). Este período foi igualmente marcado por casos de contaminação da água em contexto urbano e suburbano: em 1974 registaram-se vários episódios de cólera em Lisboa e outras cidades do litoral (Schmidt, Saraiva e Pato, 2012).

Com a adesão à União Europeia, a 1 de Janeiro de 1986, as políticas da água passam a ser marcadas pelo primado do ambiente, uma alteração suscitada pela adaptação da legislação nacional à legislação europeia e pela mudança do desenho institucional. De 1986 até aos anos 90 ganharam enorme visibilidade mediática e política as diversas contaminações dos principais rios portugueses, como o Ave, Alviela, Lis, Ria de Aveiro, Sado e Tejo, alvo de

²No Plano de Rega do Alentejo (1957) estava prevista a construção da barragem do Alqueva, no rio Guadiana, um empreendimento com fins múltiplos, ainda que muito vocacionado para a agricultura de regadio no Alentejo. Depois de sucessivos adiamentos a construção da barragem avançou no final da década de 90, sendo inaugurada em 2002 como o maior lago artificial da Europa.

descargas frequentes e consequente morte de milhares de peixes. Foram também divulgados alguns estudos sobre a qualidade das águas de consumo. A década de 90 foi marcada por dois outros fenómenos aparentemente opostos. A seca, que afectou sobretudo o Sul do país, mostrou que a água era cada vez mais um recurso escasso e uma necessidade estratégica para o país. As cheias, registadas em 1997 na região de Lisboa, mostraram que a água é também agente destruidor. A água passa a ser encarada cada vez mais como um recurso “aprisionável” e um bem sobre o qual é necessário obter mais informação, para estimular o conhecimento e o planeamento. A este propósito, assinala-se a publicação do Decreto-lei 45/94, que marca o arranque do Plano Nacional da Água e dos Planos de Bacia, e a criação em 1995, pelo Instituto da Água (INAG) do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH). Assinala-se ainda o facto do sector da água e saneamento contar com a participação avultada de Fundos Europeus (I e II Quadro Comunitários de Apoio – 1986-1999), absorvendo cerca de 80% dos fundos destinados ao Ambiente. E saliente-se o facto de o sector passar a organizar-se em alta e em baixa, ficando a recém-criada (1993) empresa Águas de Portugal (AdP), grosso modo, com a gestão em alta e as autarquias com o sector em baixa. Do ponto de vista das relações bilaterais, a água assumiu-se também como um foco de conflito transfronteiriço, designadamente porque os transvases previstos no Plano Hidrológico Espanhol ameaçaram os caudais que deveriam chegar a Portugal (um conflito atenuado com a assinatura da Convenção de Albufeira em 1998).

Entre os anos 2000 a 2005 a política da água foi dominada pelo primado dos planos, reforçando o conhecimento do país sobre os ecossistemas hídricos e sobre a envolvente humana. O Plano Nacional da Água (2000) mostrou então a situação dramática em que se encontravam os rios portugueses: em bacias como o Cávado e o Ave, respectivamente, 92% e 93% dos esgotos industriais não tinham ainda tratamento ou não estavam ligados a ETAR; o mesmo sucedia, em ambos os casos, com 79% dos esgotos urbanos. A bacia do Douro apresentava uma situação mais grave quanto aos esgotos urbanos, com 83% a não receberem qualquer tipo de tratamento. Os Planos de Bacia de 1ª geração (2000-2001) confirmaram que a maioria dos esgotos urbanos e industriais não eram alvo de tratamento, sendo directamente despejados nas linhas de água. O avanço de novas medidas de requalificação das zonas ribeirinhas, através do Programa Polis, trouxeram esperança de melhoria das águas superficiais, para além de renovarem várias frentes ribeirinhas. Destaque ainda para a criação da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), substituindo o Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR), criado em 1997 e com activada a partir de 2003.

Os anos 2005 a 2010 foram marcados pelo primado da sustentabilidade, após a publicação da Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro) que transpõe para a legislação nacional a Directiva Quadro da Água. A nova Lei estabelece o “princípio da região hidrográfica como unidade principal de planeamento e gestão das águas, tendo por base a bacia hidrográfica como estrutura territorial” (DL 58/2005). Nesta sequência, em 2008 foram criadas cinco Administrações de Região Hidrográfica (ARH) – Norte, Centro, Tejo, Alentejo e Algarve –, com autonomia funcional e fundos próprios conseguidos através das taxas de recursos hídricos (DL n.º 97/2008, de 11 de Junho), que aplicam os princípios do poluidor-pagador e utilizador-pagador. Por seu turno, em 2009, através do DL n.º 172/2009, foi criado o Fundo

de Protecção dos Recursos Hídricos, com autonomia administrativa e financeira, com o objectivo prioritário de promover a utilização racional e protecção dos recursos hídricos.

Em termos de desenho administrativo, bem como de promoção da governança da água e de arranque efectivo dos processos participativos, as novas estruturas administrativas abriram espaço e foram uma oportunidade de mudança na atitude e qualidade de relação com o recurso e com as populações. Por seu turno, os novos Planos de Bacia Hidrográfica (2009-2012) ensaiaram o envolvimento das populações, entretanto interrompido a meio com a mudança do ciclo político em 2011. Paralelamente, os Conselhos de Região Hidrográfica, activos a partir de 2009, alargaram o envolvimento entre a Administração Pública, municípios, organizações técnicas, científicas e não-governamentais representativas dos usos da água.

Finalmente, os anos 2011-2013 têm sido marcados pelo primado da regressão das políticas da água e sobretudo devido ao desmantelamento das instituições regionais de gestão e planeamento dos recursos hídricos (ARH). O início de um novo ciclo político em 2011 e o contexto de crise económica e social que o país atravessa levaram o novo governo a reorganizar os serviços de água e saneamento, com a aprovação da lei orgânica do novo Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (DL n.º 7/2012, de 17 de Janeiro), e com a alteração da Lei da Água (DL n.º 130/2012 de 22 de Junho). As Administrações de Região Hidrográfica (ARH) perderam autonomia e dinamismo, dado que foram integradas na Agência Portuguesa do Ambiente, que passou a integrar igualmente o Instituto da Água. Com o fim destas instituições regrediu a cobrança das taxas do poluidor-pagador e utilizador-pagador, e foram desactivadas algumas estações do sistema de monitorização dos rios, assim como as plataformas de informação Web que as ARH possuíam e as aproximavam dos cidadãos. Muito recentemente, através da Lei n.º 35/2013 e DL n.º 92/2013, de 11 de Julho, foi alterado o acesso da iniciativa privada a determinadas actividades económicas, assumindo o sector da água cada vez mais como “negócio”, num processo polémico que pode derivar na privatização do sector das águas.

4. NOTAS FINAIS

Evidenciámos neste texto alguns dos principais momentos-chave do sector da água durante as últimas décadas, centrando depois a análise na aplicação da Directiva Quadro da Água, sublinhando aquilo que apresenta de inovador e o contributo da governança para o seu êxito. A saber, a importância da participação pública nos processos de decisão, num processo em que o envolvimento e capacitação dos cidadãos no planeamento e gestão dos recursos hídricos são um importante catalizador para a mudança e para o sucesso das políticas da água. Neste sentido, identificaram-se alguns dos principais bloqueios à governança.

A menos de dois anos da avaliação da Directiva-Quadro da água, a nossa análise permite igualmente identificar os principais desafios que se colocam à DQA em matéria de governança. Conclui-se que, em primeiro lugar, é necessário activar o ciclo de confiança, de modo a que se passe do governo de ‘comando e controlo’ à ‘governança

participada/relacional’ tanto a nível legislativo, como nos planos e projectos. Em segundo lugar, deverá reforçar-se o ciclo de aprendizagem e capacitação, o que implica fornecer informação descodificada e acessível a diferentes tipos de público. Em terceiro lugar, haverá que incentivar uma participação mais efectiva, o que implica: precocidade (trabalho de campo prévio, de recrutamento diversificado); permanência (acompanhamento de todo o ciclo de planeamento, pro-actividade (feedback) e produtividade (propostas e resultados). Pelo que, importa construir indicadores de participação – ‘espécie de pegada hídrica’ –, alargar a representação da sociedade civil nos Comitês de Bacia e assumir a escala territorial de dimensão mais pequena (sub-bacia), sem perder de vista o conjunto, fazendo sinergia com outros projectos participativos e de educação ambiental.

Quanto ao caso português, a par da perda de muito do investimento a que teve acesso desde a adesão à União Europeia (1986) na área do saneamento básico, registaram-se bons resultados nos sistemas de abastecimento de água, actualmente com 96% da população servida. Porém, a descontinuidade das políticas de planeamento e ordenamento do território contribuiu para a degradação dos rios o que atrasa e/ou impede a melhoria dos resultados. Perante isto, gera-se descrédito na eficiência do Estado Central na gestão das águas, e dúvidas sobre a eficácia das tecnologias “milagrosas” de requalificação e limpeza, tantas vezes caras e desadequadas.

Acresce que, as alterações recentemente introduzidas na orgânica do Estado, contrariam os princípios da Directiva Quadro da Água, na medida em que representam um retrocesso em termos estratégicos, tanto na definição de competências, como nos dispositivos com capacidade de aperfeiçoamento da governança da água (e.g. gestão por bacia, disponibilização de informação, consulta pública e participação activa). O impacto destas mudanças tem tido consequências desastrosas, levando a uma reconfiguração das instituições que gerem, planeiam, monitorizam e informam sobre o estado da água no nosso país: ao inverter a proposta de descentralização da política da água com base nas bacias hidrográficas preconizada na DQA, interromperam-se também os processos participativos entretanto iniciados.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Antunes, P., Kallis, G., Videira, N., e R. Santos (2009), “Participation and evaluation for sustainable river basin governance”, *Ecological Economics*, 68 (4). Pp. 931-939.

Arrojo Agudo, P. (2011). “Tiempos de cambio en materia de gestión de aguas”, *Quaderns de la Mediterrània*, 16. pp. 219-228.

Barraqué, Bernard (2001), "Les enjeux de la Directive cadre sur l'eau de l'Union Européenne", *Flux*. 4. Pp. 70-75.

Cunha, L. V. da et al. (1981), *A gestão da água. Princípios fundamentais e sua aplicação a Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

EEB (2010), 10 years of the Water Framework Directive: A Toothless Tiger? A snapshot assessment of EU environmental ambitions. Biodiversity and nature. European Environmental Bureau.

Espluga, J. Ballester, A., Hernández-Mora, N. e J. Subinats (2011), “Participación pública e inercia institucional en la gestión del agua en España”. Reis. Vol. 134. pp. 3-26.

Ferreira, J. e S. Valente (2013), “A água e os resíduos na opinião pública”, Schmidt, Luísa e Delicado, Ana (Org), O Ambiente em 25 Anos de Eurobarómetro, Lisboa, ICS (no prelo).

Hering, Daniel, et al. (2010). “The European Water Framework Directive at the age of 10: A critical review of the achievements with recommendations for the future”. Science of the Total Environment. 408 (19), pp. 4007-4019.

Moss, B. (2008), “The Water Framework Directive: total environment or political compromise?”, Science of the total environment, 400, pp.32-41.

Mostert, E. (2003), “The European Water Framework Directive and water management research”. Physics and Chemistry of the Earth, 28, pp. 523–527.

Mouratiadou, I. e D. Moran (2007), "Mapping public participation in the Water Framework Directive: A case study of the Pinios River Basin, Greece", Ecological Economics, 62 (1), pp.66-76.

Pato, J. (2013), “Políticas públicas da água em Portugal: do paradigma hidráulico à modernidade tardia”, Análise Social, vol. xlviii (1.º trimestre), pp. 56-79.

Rault, P. A. K. e P. J. Jeffrey (2008), “Deconstructing public participation in the Water Framework Directive: implementation and compliance with the letter or with the spirit of the law?”. Water and Environment Journal, vol. 22 (4), pp. 241-249.

Schmidt, L. (2007), País (In)Sustentável - Ambiente e Qualidade de Vida em Portugal, Lisboa, Esfera do Caos.

Schmidt, L. (2008), “Ambiente e Políticas Ambientais: escalas e desajustes”. Villaverde, Manuel, Wall, Karin, Aboim, Sofia e Silva, Filipe Carreira da (Eds.), Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS, Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais, pp. 285-314.

Schmidt, L. e J. G. Ferreira (2013). “Directiva Quadro da Água Europa – Novo modelo de governança da água”, 4º Encontro Internacional da Governança da água. Inovação na Governança da Água e Variações Climáticas no Contexto Ibérico, 24 de Setembro de 2013, Universidade de São Paulo.

Schmidt, L. e P. Prista (2010), “Água, o líquido social”. CCDRC (Eds.), À Beira da Água, Coimbra: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. pp. 6-39.

Schmidt, L. Saraiva, T. e J. Pato (2012), “In search of (hidden) Portuguese urban water conflicts: the Lisbon water story (1856-2006)”. Barraque, B. (Eds.), Urban Water Conflicts, UNESCO-IHP, pp. 70-91.

Stefano, L. De (2010), "Facing the water frame work directive challenges: A baseline of stakeholder participation in the European Union". *Journal of environmental management*, 91 (6), pp. 1332-1340.

Varanda, M. et al (2013). "Gestão participativa da água em Portugal e no Brasil: de jure ou de facto? Um estudo comparativo dos conselhos de região hidrográfica (PT) e dos comités de bacia hidrográfica (BR)". *Simpósio Ciências Sociais Cruzadas, Lisboa e Évora*. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais.